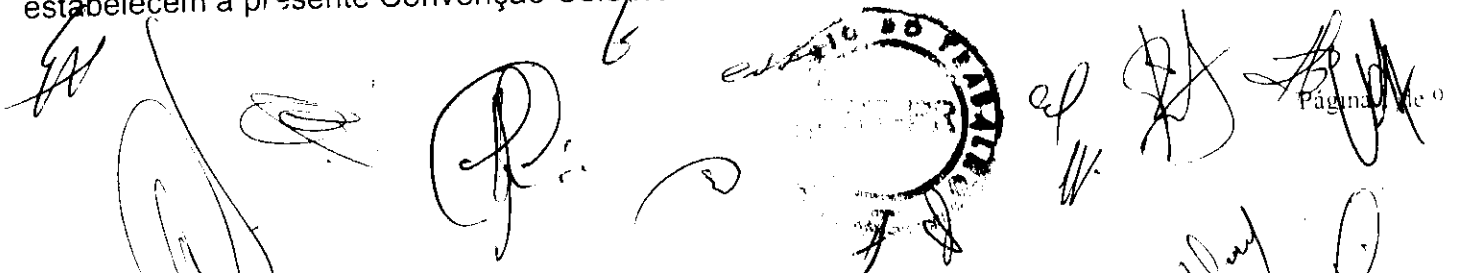


# CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL - 2003/2005

Convenção Coletiva de Trabalho que entre si celebram de um lado as entidades representativas da categoria profissional: **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO PARANÁ - FETROPAR** e seus sindicatos filiados a seguir: **SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS E ANEXOS DE APUCARANA - SINCVRAP**, **SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS E TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS, PASSAGEIROS URBANOS, MOTORISTAS, COBRADORES DE LINHAS INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL DE TURISMO DE CAMPO MOURÃO - SITROCAM**, **SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL E TURISMO DE CASCADEL - SINETRAPITEL**, **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CASCADEL - SINTROVEL**, **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE DOIS VIZINHOS - SINTRODOV**, **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE GUARAPUAVA - SINTRAR**, **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE LONDRINA - SINTTROL**, **SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS E TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS, PASSAGEIROS URBANOS, MOTORISTAS, COBRADORES DE LINHAS INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL DE TURISMO DE MARINGÁ - SINTTROMAR**, **SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS E ANEXOS DE PARANAGUÁ SINDICAP**, **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS, DE PASSAGEIROS URBANOS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E FRETAMENTO DE PONTA GROSSA**, **SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE TELÉMACO BORBA SINCONVERT**, **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE TOLEDO SINTTROTOL**, **SINDICATO DOS TRABALHADORES E CONDUTORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E ANEXOS DE UMUARAMA SINTRAU** e **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE UNIÃO DA VITÓRIA - SINTRUV** **SINDICATO DOS MOTORISTAS, COBRADORES NAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - SINDIMOC**, cuja representação dos empregados de sua denominação é nos seguintes municípios: **Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais**; **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESCRITÓRIO E MANUTENÇÃO NAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - SINDEESMAT**, cuja representação dos empregados de sua denominação é nos seguintes municípios: **Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais** e o **SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE CURITIBA - SINDICONDUTORES** cuja representação dos empregados de sua denominação é nos seguintes municípios: **Campo do Tenente, Lapa, Piên, Rio Negro e São Mateus do Sul** e de outro lado a Entidade Sindical Patronal: **FEDERAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO PARANÁ E SANTA CATARINA - FEPASC**. Pelo presente instrumento, as entidades sindicais antes mencionadas, estabelecem a presente Convenção Coletiva de Trabalho, nas condições seguintes:



Página 1 de 0

## **01. VIGÊNCIA, ABRANGÊNCIA E EXCLUSÕES**

A presente convenção coletiva de trabalho é celebrada para vigor por 24 (vinte e quatro) meses, de 01.06.2003 à 31.05.2005, ressalvadas as cláusulas 02, 03, 06, 07 e 20 as quais é atribuída a vigência anual, de 01.06.2003 à 31.05.2004.

A presente convenção Coletiva de Trabalho regula as relações empregatícias dos trabalhadores em empresas de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, no âmbito da representação das respectivas entidades convenentes.

Restam excluídos, expressamente, da abrangência do presente instrumento, os empregados em empresas de transporte de passageiros urbanos, metropolitanos, intermunicipal, turismo e fretamento, bem assim, os empregados das empresas de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros que mantenham com a categoria profissional acordos coletivos de trabalho, hipótese em que prevalecerão estes, excluídas expressamente as respectivas empresas da incidência da presente Convenção Coletiva de Trabalho. Outrossim, restam excluídas as empresas de transporte rodoviário interestadual e internacional que tenham, na sua base territorial, representação de sindicato patronal.

## **02. PISOS SALARIAIS**

A partir do mês de junho/2003, os pisos ficam fixados nos seguintes valores àqueles que cumpram a jornada legal de 44 horas semanais:

|                                      |            |
|--------------------------------------|------------|
| Motoristas                           | R\$ 912,50 |
| Cobreadores e emissores de passagens | R\$ 547,50 |

## **03. REAJUSTE SALARIAL AOS DEMAIS EMPREGADOS**

Aos demais empregados, excluídos aqueles descritos na cláusula anterior, fica assegurado, a partir de 01.06.2003, o reajuste de 18,50% (dezoito vírgula cinqüenta por cento) a incidir sobre o salário praticado em 01.06.2002, assegurando-se, ainda, àqueles admitidos após tal data, o reajuste proporcional, considerado o índice fixado e os meses a que o mesmo está a reconstituir.

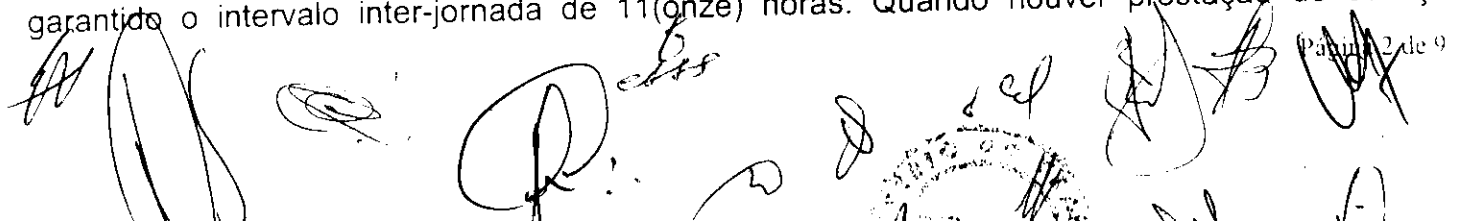
## **04. COMPENSAÇÕES E ABRANGÊNCIA DOS REAJUSTES**

Fica assegurado às empresas representadas o direito de procederem à compensação de todas e quaisquer antecipações (espontâneas e compulsórias) concedidas a partir de 01/06/2002 à 31/05/2003.

Fica declarado que os índices de reajustes estipulados, tanto na cláusula segunda como na cláusula terceira, representam o zeramento da inflação dos doze meses precedentes.

## **05. JORNADA DE TRABALHO**

A jornada de trabalho será a decorrente da Lei, 44 horas semanais. O adicional de hora extra será de 50% e o adicional noturno será de 20%, incidentes sobre o valor da hora normal. O início da jornada de trabalho será contado a partir do momento em que o motorista ou o cobrador tiver que apresentar-se na empresa, conforme escala constante em sua ficha de serviço externo (art. 74, parágrafo 3º da CLT), aplicável para cada localidade (garagem a garagem ou ponto final da jornada), não sendo considerado como de trabalho ou a disposição da empregadora o período de descanso, ainda que gozado nos alojamentos da empresa. Faculta-se a ampliação do intervalo intra-jornada, nos termos do art. 71 da CLT, através de acordo escrito entre empregado e empregadora, com anuência do Sindicato Profissional. Fica garantida a aplicação do enunciado 90/TST aos empregados. Fica garantido descanso remunerado por semana ao empregado. Fica garantido o intervalo inter-jornada de 11(onze) horas. Quando houver prestação de serviço

The bottom of the document features several handwritten signatures in black ink. To the right, there is a circular stamp with some illegible text inside. The page number 'Página 2 de 9' is printed in the bottom right corner.

extraordinário, com habitualidade, é assegurada a integração do sobre-tempo aos fins do pagamento do 13º salário, férias e repousos remunerados. Faculta-se à empresa a celebração de acordos individuais, visando a prorrogação-compensatória, inclusive com a mulher e menor empregados. Pelo presente instrumento coletivo, fica possibilitada a instituição do "banco de horas", mediante negociação com a entidade sindical profissional.

#### **06. UNIFORMES**

Quando exigido o uso de uniforme, pelo empregador, este fornecerá o referido uniforme. Alternativamente, poderá o empregador conceder uma ajuda de custo, de natureza não salarial, no valor mensal de R\$ 39,00 (trinta e nove reais), à aquisição e conservação do uniforme, diretamente pelo empregado.

#### **07. ALIMENTAÇÃO E ESTADIA**

Ao empregado motorista é assegurada a percepção de uma ajuda de custo ou diária, de natureza não salarial, no valor mensal de R\$ 190,00 (cento e noventa reais) para a cobertura de despesas de alimentação, quando o empregado restar fora do setor de lotação.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Para a empresa que mantenha sistema específico de alimentação, inclusive convênio com restaurantes, pontos de parada, pensionatos ou outra modalidade assemelhada, é facultado aplicá-lo na forma determinada pela mesma, hipótese em que não será exigível o benefício previsto acima;

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A empresa obriga-se a fornecer alojamento adequado e gratuito nos intervalos entre duas jornadas de trabalho, fora do setor de lotação, ao motorista, não configurando, este período, tempo à disposição do empregador para quaisquer efeitos legais.

#### **08. COMPROVANTE DE PAGAMENTO:**

A empregadora deverá fornecer comprovante de pagamento salarial, especificando as verbas pagas, os descontos legais e o valor correspondente ao FGTS.

#### **09. GESTANTE E ACIDENTADO:**

Fica assegurada à empregada gestante a garantia de emprego nos termos da CF/1988. Ao trabalhador acidentado fica assegurada a garantia de emprego nos termos do Artigo 118 da Lei 8.213/1991.

#### **10. ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS**

A empresa aceitará, aos fins de justificação de horas e dias de falta de empregados motoristas, os atestados médicos e odontológicos fornecidos pelos profissionais dos Sindicatos dos Trabalhadores e do **SUS**.

#### **11. AUXÍLIO FUNERAL**

A empresa arcará com os ônus decorrentes do funeral de seus empregados até o limite de R\$ 385,00 (trezentos e oitenta cinco reais).

Igual ônus suportará a empresa, quando do falecimento da esposa ou pessoa legalmente reconhecida como tal, filho legítimo ou legalmente legitimado, até o limite de R\$ 202,00 (duzentos e dois reais).

*Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page.*

Página 5 de 9

## **12. FÉRIAS PROPORCIONAIS**

Fica garantido ao empregado que solicitar demissão, antes de um ano de serviço, o pagamento das férias proporcionais.

## **13. ESTUDANTE**

Ao empregado matriculado em curso regular é garantido, no dia de prova, antecipar sua saída em 04 (quatro) horas do término de sua jornada sem prejuízo salarial, até o máximo de 10 (dez) vezes por semestre, desde que comunique à empregadora a ocorrência com antecedência de 72 (setenta e duas) horas.

## **14. MENSALIDADE SINDICAL**

A mensalidade sindical será descontada em folha de pagamento e colocada, mensalmente, à disposição do sindicato profissional até 5 (cinco) dias após o pagamento do salário descontado.

## **15. QUADROS DE AVISO**

O sindicato profissional poderá afixar, em local apropriado na sede da empresa, avisos e comunicações sindicais, ou manter quadro de avisos, com consentimento da empresa.

## **16. RELAÇÃO DE EMPREGADOS**

A empresa deverá enviar ao sindicato profissional a relação dos empregados abrangidos pela contribuição sindical, com os respectivos dados de cada empregado (nome, função, data de admissão, valor do salário, valor do recolhimento), bem como o fundo assistencial, estabelecido na presente convenção, sendo que em ambas no próprio verso das respectivas guias. Assinala-se o prazo de 20 (vinte) dias ao envio das relações aqui tratadas.

## **17. COMUNICAÇÃO DO MOTIVO DA DISPENSA**

Na hipótese de despedida com justa causa, a empresa deverá comunicar por escrito os motivos da dispensa.

## **18. AUMENTOS ESPONTÂNEOS**

A empresa comunicará por escrito ao sindicato profissional sobre aumentos coletivos espontâneos a serem concedidos a seus empregados.

## **19. CÓPIAS DA RAIS**

A empresa fornecerá ao sindicato profissional cópia da RAIS no mês de sua entrega ao MTPS.

## **20. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

A empresa descontará, na rubrica contribuição assistencial, conforme decisão das respectivas assembleias gerais dos Sindicatos profissionais, na folha de Julho/2003, o equivalente a 1 (um) dia da remuneração de cada trabalhador, abrangido por esta Convenção, associado ou não ao Sindicato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** as contribuições deverão ser recolhidas ao sindicato beneficiário, conforme respectiva base territorial, até o quinto dia útil posterior ao do legalmente considerado para o pagamento do salário mensal;

Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page. A circular stamp is partially visible on the right side, containing the text 'SINDICATO' and 'PROFISSIONAL'. The page number 'Página 4 de 9' is printed in the bottom right corner.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** comprometem-se os sindicatos a remeterem às empresas as guias próprias para o recolhimento especificado na presente cláusula.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** aos admitidos após a data-base caberá à empresa proceder o referido desconto no primeiro mês da vigência do contrato de trabalho, no valor correspondente a 01 (um) dia da remuneração, remetendo-o ao sindicato profissional respectivo, conforme base territorial, até 05 (cinco) dias após a data do primeiro pagamento salarial.

**PARÁGRAFO QUARTO:** em caso de não recolhimento no prazo, caberá à empresa o pagamento de uma multa no valor de 20% (vinte por cento) incidente sobre a parcela em atraso, calculando-se sobre o salário vigente na época do pagamento.

**PARÁGRAFO QUINTO:** não obstante a autorização das assembleias gerais referidas, subordina-se o desconto assistencial a não oposição do trabalhador, manifestada perante a empresa até 10 dias antes do primeiro pagamento reajustado;

### **21. DISPENSA DO AVISO PRÉVIO**

O empregado despedido fica dispensado do cumprimento do aviso prévio quando comprovar, documentalmente, ao empregador, a obtenção de novo emprego, oportunidade em que ficará o empregador desonerado do pagamento dos dias não trabalhados, bem como da integração do período do aviso prévio aos demais efeitos do contrato de trabalho.

### **22. CARTA DE APRESENTAÇÃO**

As empresas concederão, quando solicitada, carta de apresentação a todos os empregados desligados.

### **23. FUNDO ASSISTENCIAL**

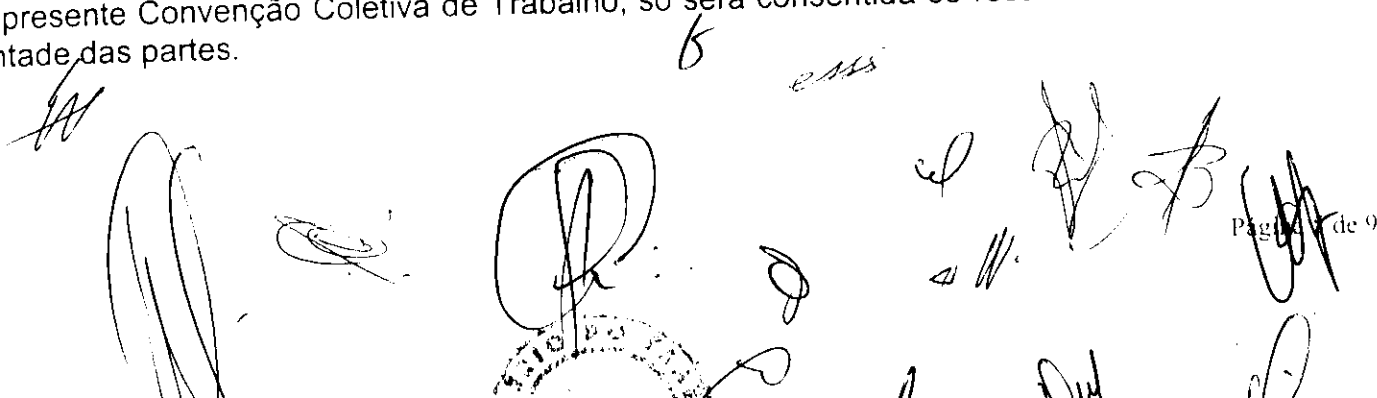
Pelo viger do presente instrumento normativo, as empresas contribuirão, mensalmente, a partir de Junho/2003, com o equivalente a 2% (dois por cento) do salário-base de cada empregado, excluídas, portanto, todas e quaisquer outras parcelas componentes da contraprestação, em favor do Sindicato profissional da respectiva base territorial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O Sindicato profissional encaminhará com a necessária antecedência a guia ao recolhimento aqui especificado, cabendo a empresa proceder o recolhimento devido até o dia 15 posterior a data do pagamento do salário mensal, deixando disponível ao sindicato profissional beneficiário, uma relação com a nominata dos empregados e respectivos salário-base;

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Na hipótese de não recolhimento no prazo, a empresa ficará sujeita a multa de 2% (dois por cento) do valor devido, mais atualização monetária.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A manutenção da cláusula aqui tratada, após o término de vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, só será consentida se resultar da concorrência da vontade das partes.

*5* *ess*



Página de 9

## **24. CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO**

Pelo presente instrumento fica admitida a possibilidade da adoção do contrato de trabalho por prazo determinado, na forma da Lei 9.601/98, cabendo a empresa comprovar, perante o Sindicato profissional, o implemento das condições necessárias à referida adoção.

## **25. LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL**

A empresa liberará da prestação de serviço, sem prejuízo da remuneração mensal, um diretor efetivo ou suplente, que não tenha diretor licenciado pela própria entidade de classe profissional.

Além dos dirigentes sindicais liberados totalmente pela empresa e por ela remunerados, a empresa concederá aos dirigentes sindicais não atendidos na forma acima posta, licença remunerada de no máximo 30 (trinta) dias, por ano, consecutivos ou não, a fim de tratarem de interesse da entidade sindical profissional, desde que por esta convocados, mediante solicitação do Presidente do Sindicato, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, sendo obrigatória a comprovação à empresa do efetivo uso da licença em favor do sindicato profissional.

## **26. COMISSÃO PARITÁRIA**

Os sindicatos profissionais e o sindicato patronal constituirão comissão paritária, composta de 1 (um) representante de cada uma das entidades, visando a discussão dos problemas da categoria profissional, coletivos ou individuais. Esta comissão reunir-se-á quando provocada por qualquer dos sindicatos convenientes e poderá reunir-se com a presença de todos ou parte dos sindicatos profissionais interessados nas questões em debate.

## **27. NOVAS REUNIÕES DE NEGOCIAÇÕES**

Sempre que necessário, as partes realizarão reuniões com vistas a discutirem as condições ora ajustadas, frente à realidade global do País.

As partes poderão, de comum acordo, a qualquer tempo, realizar novas reuniões com vistas a analisarem as condições, quando alteradas aquelas pelas quais se sustentam esta convenção.

## **28. GARANTIA APOSENTADORIA**

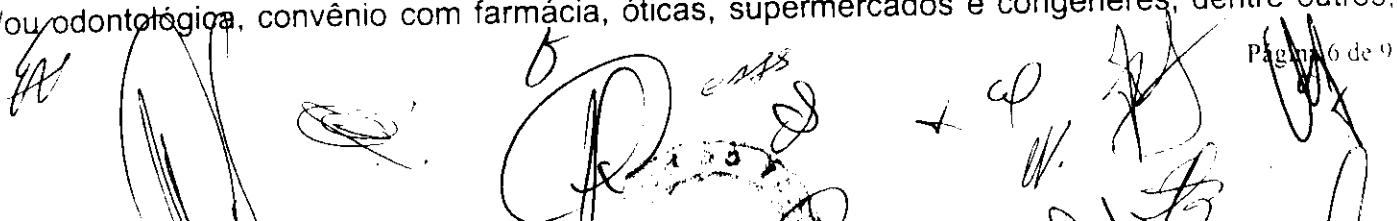
Os empregados representados que comprovadamente, na vigência desta convenção, estiverem há 24 (vinte e quatro) meses da aquisição do direito à aposentadoria, em seu prazo mínimo e que contem com o mínimo de 10 (dez) anos na empresa conveniente, não poderão sofrer despedida arbitrária nesses 24 meses, entendendo-se como tal a que não fundar-se em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.

Essa garantia provisória só será adquirida a partir do recebimento, pela empresa, de comunicação do empregado, por escrito, devidamente protocolada, sem efeito retroativo, de reunir, ele, as condições previstas.

Tal hipótese, ademais, não compreende os casos de demissão por força maior e se extinguirá se não for requerida a aposentadoria imediatamente após completado o tempo mínimo necessário à aquisição do direito a ela.

## **29. DESCONTO EM FOLHA**

Para os efeitos do artigo 462 da CLT, a empresa descontará da remuneração mensal do empregado, quando expressamente por ele autorizadas, parcelas relativas à empréstimos dos convênios MTB/CEF e SINDICATOS PROFISSIONAIS, bem como planos de assistência médica e/ou odontológica, convênio com farmácia, óticas, supermercados e congêneres, dentre outros,



mensalidades de seguros de vida, além de empréstimos pessoais, feitos perante os sindicatos profissionais convenientes ou empresas, desde que autorizados, podendo o empregado, a qualquer tempo, revogar a autorização de desconto, exceto por empréstimos já contraídos até a liquidação de eventuais débitos pendentes, a partir de quando, então, o desconto deixará de ser procedido.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O repasse das importâncias descontadas, devidas aos sindicatos profissionais, será efetuado até o 5º dia útil após o desconto.

### **30. COMPLEMENTO AUXÍLIO DOENÇA**

O empregado representado em gozo de auxílio doença pelo INSS, do 16º ao 60º dia do afastamento, receberá da empresa acordante uma importância que somada ao valor do benefício previdenciário atinja o valor do seu salário base integral vigente à época do evento, sem considerar a remuneração das horas extras e adicionais legais outros, limitado a uma única vez durante a vigência da presente convenção.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A verba complementar aqui acordada, dado o seu caráter de mera liberalidade patronal e porque paga enquanto suspenso o contrato, não tem natureza salarial para fins previdenciários, trabalhista e fundiário.

### **31. MULTA**

A multa pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas deste instrumento, por infração e por empregado, corresponderá a 20% (vinte por cento) do salário mínimo vigente, em favor do prejudicado.

### **32. CONCLUSÃO**

Assim, por justos e contratados, firmam o presente, considerando revogada, a partir de 01.06.2003, a CCT registrada e depositada na DRT/PR em 07.06.2002, sob n.º 46212.007125/2002-46.

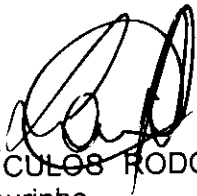
Curitiba, 08 de Abril de 2003


*Categoria Econômica:*


FEDERAÇÃO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO PARANÁ E SANTA CATARINA - **FEPASC** - Presidente: Marco Antônio Gulin

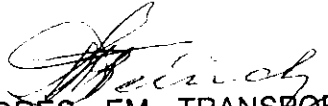
*Categoria Profissional:*

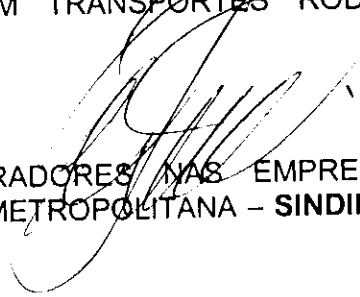
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO PARANÁ - **FETROPAR** - Presidente: Epitácio Antônio dos Santos


  
SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS E ANEXOS DE APUCARANA -  
**SINCVRAAP** - **Presidente:** Laudecir Pitta Mourinho

  
SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS E TRABALHADORES EM EMPRESAS  
DE TRANSPORTES DE CARGAS, PASSAGEIROS URBANOS, MOTORISTAS, COBRADORES DE  
LINHAS INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL DE CAMPO MOURÃO - **SITROCAM** -  
Presidente: Valeriano Pinheiro

  
SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS  
INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL E TURISMO DE CASCADEL - **SINETRAPITEL** - Presidente:  
Bruno Miguel Weirich

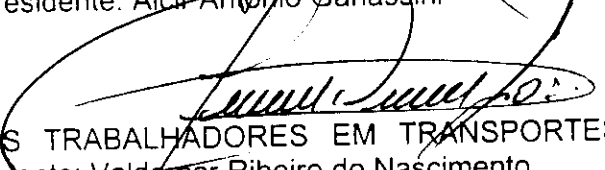
  
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CASCADEL -  
**SINTROVEL** - Presidente: Hilmar Adams

  
SINDICATO DOS MOTORISTAS, COBRADORES NAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE  
PASSAGEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - **SINDIMOC** - Presidente: Denilson Pires  
da Silva

  
SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESCRITÓRIO E MANUTENÇÃO NAS EMPRESAS DE  
TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA - **SINDEESMAT** -  
Presidente: Elizeu Manoel Sezerino


  
SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE CURITIBA - **SINDICONDUTORES**  
- Presidente: Moacir Ribas Czeck

  
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE DOIS VIZINHOS -  
**SINTRODOV** - Presidente: Alcir Antônio Ganassini

  
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE GUARAPUAVA -  
**SINTRAR** - Presidente: Valdemar Ribeiro do Nascimento




  
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE LONDRINA - **SINTTROL**  
- Presidente: João Batista da Silva

  
SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS E TRABALHADORES EM EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS, PASSAGEIROS URBANOS, MOTORISTAS, COBRADORES DE LINHAS INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL DE MARINGÁ - **SINTTROMAR** -  
Presidente: Ronaldo José da Silva

  
SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS E ANEXOS DE PARANAGUÁ -  
**SINDICAP** - Presidente: Oscar Gonçalves dos Santos

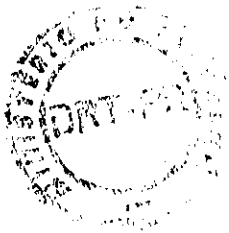
  
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS, DE PASSAGEIROS URBANOS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E FRETAMENTO DE PONTA GROSSA - Presidente  
Noel Machado da Silva

  
SINDICATO DOS CONDUTORES DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE TELÊMACO BORBA -  
**SINCONVERT** - Presidente: Olímpio Mainardes Filho

  
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE TOLEDO - **SINTTROTOL**  
- Presidente: Nelson Diesel Winter

  
SINDICATO DOS TRABALHADORES E CONDUTORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS E ANEXOS DE UMUARAMA - **SINTRAU** - Presidente: Eva Joely de Oliveira

  
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE UNIÃO DA VITÓRIA -  
**SINTRUV** - Presidente: Vilmar Sebastião Soares



Ministério do Trabalho  
40212.004929/2003

16 abril de 2003

099/2003

Cláudio Henrique Ferreira de Souza  
Assessor Administrativo